



A CULTURA KANHGÁG A PARTIR DA ALFABETIZAÇÃO: A EMERGÊNCIA DE RESGATAR A LÍNGUA ORAL E ESCRITA NA TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA

Jociele Luiz

Dra Carla Sant Ana de Oliveira

Resumo: Esta pesquisa analisa o resgate da língua Kanhgág, o saber oral e a escrita. Para a realização deste objetivo, optamos por usar uma pesquisa de campo com análise qualitativa, cujos métodos de coleta de dados elegeram a entrevista com questões abertas, aplicadas a professores indígenas da rede regular de ensino atuantes na Terra Indígena (TI) do município de Manguoeirinha-PR, também usamos observação participante na comunidade indígena Kanhgág da TI Manguoeirinha. Como resultados obtidos, observamos que muitos são os desafios para alfabetizar em Kanhgág, como falta de recursos didáticos e métodos de ensino do Kanhgág, também verificamos que a escola é primordial para o resgate da língua e da cultura Kanhgág e isso é um dever social e histórico da escola que no passado contribuiu para o apagamento da cultura indígena kanhgág.

Palavras-Chave: Língua Kanhgág, Oralidade, Cultura, Identidade, Pedagogia Social.

Introdução

Não é possível discutir a perda ou o enfraquecimento da língua Kanhgág no território indígena de Manguoeirinha sem relacioná-los diretamente ao processo de colonização do Brasil. Especificamente na Terra Indígena Manguoeirinha, esse processo resultou, ao longo dos anos, em um dos maiores apagamentos históricos da língua e da cultura Kanhgág. Essas transformações geraram profundos impactos sobre os saberes e conhecimentos ancestrais do povo, afetando especialmente sua língua materna.

Atualmente, a língua Kanhgág representa um elemento essencial na luta pela reafirmação da identidade, legitimidade e autonomia cultural desse povo, que resistiu a diversas transformações sociais e territoriais. Valorizar esse saber é reconhecer a importância da língua como expressão viva da cultura, da tradição, dos conhecimentos ancestrais e da própria educação indígena.

Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegura o uso das línguas indígenas nas escolas (BRASIL, 2001), o ensino bilíngue ainda enfrenta limitações, sobretudo no processo de alfabetização. É dever do Estado garantir o direito socioeducativo de cada povo, respeitando e promovendo o ensino em sua língua materna.

Esta pesquisa tem como propósito compreender o contexto histórico da perda da língua Kanhgág no território indígena de Manguoeirinha e, a partir disso, analisar os movimentos de reapropriação e valorização linguística realizados atualmente. Busca-se,



especialmente, compreender o papel da língua no currículo e na vivência dos alunos do Colégio Estadual Indígena Kokoj ty han já, nome que significa “*Conquista do Beija-Flor*”, onde atuam professores indígenas e não indígenas em um trabalho conjunto voltado à preservação cultural.

O interesse acadêmico deste estudo reside na valorização da língua materna como instrumento de resgate da memória, das tradições e dos saberes ancestrais. A escola, nesse contexto, assume um papel fundamental ao unir o conhecimento cultural e o ensino formal, inserindo o saber linguístico nas práticas pedagógicas e adaptando-o às diferentes etapas da alfabetização.

A pesquisa propõe, assim, refletir sobre o processo de revitalização da língua Kanhgág, tanto na oralidade quanto na escrita, reconhecendo a importância da memória e da sabedoria dos mais velhos, as chamadas “bibliotecas vivas” (Santos; Neto; Mucheroni, 2025) na transmissão dos conhecimentos tradicionais. Promover o resgate e a valorização da língua mãe é assegurar a continuidade da identidade e da cultura do povo Kanhgág para as próximas gerações.

Por fim, este estudo apresenta um breve panorama histórico do apagamento linguístico ocorrido na Terra Indígena de Mangueirinha, processo que perdura há mais de 500 anos e que reflete o descaso governamental diante dos direitos indígenas. Apesar dos avanços legais, como o disposto no artigo 231 da Constituição Federal, que reconhece aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, ainda há muito a ser feito para garantir a proteção e o respeito a esses direitos fundamentais.

1.1 O contexto da pesquisa

A presente pesquisa busca analisar, sob uma perspectiva histórica, o processo de perda da língua materna Kanhgág e o movimento de inclusão e revitalização dessa língua no contexto escolar do Colégio Estadual Indígena Kokoj Ty Han Já, localizado na Terra Indígena de Mangueirinha. Ao abordar a alfabetização realizada prioritariamente em língua portuguesa e não na língua Kanhgág, é inevitável rememorar o contato forçado e traumático que o povo Kanhgág, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, sofreu ao longo da história. Esse contato intenso resultou em grandes perdas culturais, sendo a língua uma das mais afetadas.



Contudo, o direito à alfabetização na língua materna está assegurado por lei. Nesse sentido, Rodrigues (2013) reafirma que as línguas naturais são muito mais do que simples instrumentos de comunicação:

As línguas naturais são não apenas instrumentos de comunicação social, mas também os meios de que dispõem os seres humanos para elaborar, codificar e conservar seu conhecimento do mundo. Cada língua está intimamente ligada aos processos cognitivos e à experiência acumulada pelo povo que a fala através de sucessivas gerações. [...] Perdida a língua de forma abrupta, sob pressão de outro povo que tenta impor outra cultura, perde-se a maior parte daquele conhecimento pela destruição do sistema de referência que o mantinha integrado e operante. Em geral, a cada língua indígena desaparecida corresponde um complexo cognitivo rico em especificidades que se perde para o povo afetado e para todo o gênero humano (Rodrigues, 2013, p. 4).

Dessa forma, ao refletirmos sobre as dificuldades atuais no processo de alfabetização e aprendizagem das crianças indígenas, torna-se impossível dissociar a educação de seu contexto cultural. É necessário reconhecer as especificidades de uma educação indígena diferenciada e de qualidade, que assegure não apenas o acesso e a inclusão, mas também a revitalização da língua e da identidade cultural.

A discussão sobre a educação escolar indígena é histórica e resulta de longas lutas pela garantia de um ensino que respeite os valores étnicos, culturais e linguísticos dos povos originários. Nesse sentido, este estudo se mostra relevante por contribuir para a reflexão acerca da importância da língua materna no processo educativo, reconhecendo que a aprendizagem deve considerar a essência, as vivências e as especificidades de cada povo.

O projeto tem como foco ressignificar e valorizar a cultura Kanhgág, restabelecendo, em sua essência, o direito ao resgate da língua e do saber ancestral. Compreende-se que a língua Kanhgág é tão necessária quanto a língua portuguesa, sendo ambas fundamentais na formação integral do sujeito indígena. Na Terra Indígena de Mangueirinha, o processo de revitalização da língua enfrenta grandes desafios decorrentes do contexto histórico vivido pela comunidade: a maioria da população indígena já não fala nem compreende plenamente sua língua materna, restando aos anciãos e a algumas famílias o domínio do Kanhgág. Contudo, nem sempre esse conhecimento é transmitido às novas gerações.

Nesse cenário, a Escola Kokoj Ty Han Já desempenha papel essencial como espaço de aprendizagem, de pertencimento e de acesso à língua materna. É nesse



ambiente que as crianças têm a oportunidade de aprender o Kanhgág, tanto na oralidade quanto na escrita, por meio do processo de alfabetização bilíngue.

Negar a importância do ensino e do aprendizado da língua Kanhgág é permitir que ela desapareça, comprometendo também a identidade e a cultura dos povos originários. Resgatar e fortalecer a língua, em suas formas oral e escrita, é uma ação urgente e necessária para a preservação do patrimônio social, histórico e cultural dos povos indígenas que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Apesar dos desafios existentes, o ensino do Kanhgág é fundamental para que as crianças se apropriem do verdadeiro sentido de sua cultura e identidade étnica.

Metodologia

Apresente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem empírica qualitativa, cuja finalidade é compreender em profundidade o fenômeno investigado a partir da interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Para a coleta de dados, foram utilizados entrevistas abertas e observações diretas, instrumentos que possibilitaram ao pesquisador captar percepções, experiências e práticas relacionadas ao tema estudado.

As entrevistas, de caráter exploratório e não diretivo, buscaram promover um diálogo espontâneo e reflexivo com os participantes, professores de língua materna, a pedagoga da escola e membros da comunidade escolar, permitindo o surgimento de novas perspectivas e a ampliação da compreensão sobre o objeto de estudo. O roteiro de entrevista foi elaborado previamente, contendo uma lista de temas organizados de forma lógica, mas com estrutura flexível, de modo a favorecer a fluidez das conversas e o aprofundamento das respostas.

As observações complementaram os dados obtidos nas entrevistas, contribuindo para a triangulação das informações e enriquecendo a análise interpretativa. Por fim, os dados coletados foram analisados à luz de uma revisão sistemática da literatura, que serviu de base para a interpretação dos resultados, articulando teoria e prática. Assim, a pesquisa assume uma natureza qualitativa e interpretativa, voltada à compreensão contextualizada do fenômeno educacional investigado.

4 CONTEXTO DE LUTA E RESGATE DA IDENTIDADE CULTURAL: UM BREVE HISTÓRICO



Dentro desse breve contexto histórico, a cultura da língua materna vem sofrendo um apagamento histórico ao longo dos anos, é importante ressaltar a diversidade de línguas existentes no Brasil, a cerca de 305 povos e 274 línguas faladas no território brasileiro, o povo Kanhgág é do tronco linguístico Macro Jê e da família jê, dentre tantas línguas especificamente 3. Consiste essencialmente em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em que o pesquisador é um agente ativo, e não um observador passivo (GIL, 2008, p.26), no território de Mangueirinha foi de grandes impactos para os indígenas Kanhgág daquele território, vivendo na época de regime militar, os indígenas foram obrigados pelos representantes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a falar somente a língua portuguesa, naquela época sofreram grandes repressões por parte do controle social e do regime militar, foram obrigados a ensinar seu filhos apenas no português, assim aos poucos perdiam os costumes, a língua e com ela, sua identidade cultural.

Cabe destacar que os Jê Centrais (Xavante e Xerente) e os Kanhgág compartilham a organização social em metades exogâmicas patrilineares, ou seja, divididas em grupos de acordo com a herança do pai, indicando que esse costume foi conservado pelos Jê Meridionais, ainda que tenha sido perdido pelos Xokleng (BRASIL, SPI, 1942, p.5)¹.

Neste sentido, o ensino da língua materna também deveria ser passado de geração para geração, no entanto após tantas violências a que foram submetidos, os Kanhgágs da Terra Indígena Mangueirinha acabaram suprimindo sua língua materna e com isso também houve a perda de vários aspectos da identidade cultural.

Assim, como no Brasil a fora o território de mangueirinha é um território que sofreu um verdadeiro etnocídio, além de ser um território rico em diversidades é a capital das araucárias, é um território que ao longo dos anos tem sua história de luta contadas em livros e por ativistas da luta pela garantia da terra, é por isso que a principal luta hoje é da garantia da terra, é na terra que toda sua diversidade de conhecimento, línguas, saberes, e a cultura deste povo são fortalecidas. Como dizia meu avô:

“não ensinei sua mãe por que não queria que ela sofresse, queria esquecer o que eu passei, sofri muito para falar o português do branco, mas hoje penso que deveria ter ensinado”. (Relato, Adão Alves, falante da língua materna).

¹ BRASIL. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SERVI%C3%87O%20DE%20PROTE%C3%87%C3%83O%20AOS%20%C3%8DNDIOS.pdf>



Para se situar cronologicamente Mangueirinha se situa na região Sudoeste do Estado do Paraná, fazem parte do município de Chopinzinho, Coronel Vivida e Mangueirinha, habitadas por guaranis e Kanhgágs. Mangueirinha tem uma área física de 16.375 hectares, (Portal Kanhgág, 2019)². Atualmente residem na Terra Indígena

Mangueirinha aproximadamente 235 famílias no geral cerca de 750 famílias, destas famílias algumas falam ou entendem a língua Kanhgág. Hoje precisamos reforçar quão importante é aprender a falar e por que não valorizar também a escrita? Compreender que ela vai além de soletrar, mas que tem um significado maior, assegura sua identidade e suas raízes, é ato de resistência e a qual povo pertence, o pertencer a um território é guardar consigo o saber ancestral a cultura a suas vivências a sua cultura milenar, é acima de tudo resistir ao apagamento de mais de 1500 anos, resistência. Do total de habitantes da comunidade, 98,7% se declararam falantes de língua indígena. Apesar de o número de pessoas que não declararam falar língua indígena ser muito pequeno, é importante ressaltar que isso não significa que estas não saibam de fato. Muitas vezes, isso ocorre em função da insegurança que a condição de bilíngue proporciona. Segundo Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 39): "A insegurança provém da sensação que nenhuma das duas línguas foi totalmente aprendida", ou seja, devido à constante exposição dos falantes indígenas às duas línguas, indígena e portuguesa, tem-se a "sensação" de não possuir conhecimento suficiente em nenhuma das línguas a ponto de declarar isso. Luciano (2019) mostra que, não podemos esquecer que os povos indígenas, até hoje privilegiam o uso da cultura oral e desconfiavam ou, não mostravam interesse pela escrita. Mas, atualmente os povos indígenas tem consolidado essa como uma das principais bandeiras de lutas do movimento social indígena, para cobrar do poder público seus direitos, por isso, "a oferta de ensino e o acesso à escola, portanto, à escrita e aos conhecimentos científicos" são fundamentais (Luciano, 2019, p.18). Neste contexto, acreditamos que é preciso dominar a escrita da língua materna (LM), ou, primeira língua que aprendemos em casa com os pais e que frequentemente é a língua usada na comunidade, todavia, em alguns casos a língua da comunidade é diferente daquela que os pais usam, assim a criança cresce exercitando as duas línguas (biliguismo), isso impacta

² PORTAL KAINGANG é um espaço criado em 2005 e mantido pelos indigenistas e pesquisadores Juracilda Veiga Antropóloga e Wilmar da Rocha D'Angelis Linguísta. Disponível em:< <http://www.portalkaingang.org>> Acesso em: Jul 2023.



mais tarde na alfabetização da criança. Almeida (2011) conta que o bilinguismo para os indígenas assume um caráter compulsório, pois não foi dada a possibilidade de escolha para os povos indígenas, de forma que o domínio da língua portuguesa é uma obrigação. Muitas vezes, como observamos durante a fala dos nossos entrevistados, aprender a língua portuguesa era uma forma de proteger os indivíduos da violência gerada pela sociedade dos brancos, por isso foi empregada em diferentes domínios sociais das aldeias. Almeida (2011) diz que “[...] existe uma ‘necessidade imperiosa’ de falar português, sendo a questão do ‘pertencimento’ um dos fatores que se sobrepõem, apresentando-se mesmo como prioridade, principalmente para jovens e adolescentes. Com isso, percebemos que a construção da identidade do indivíduo é um processo contínuo profundamente marcado pelas condições materiais dadas pela história da comunidade a que pertence, desde a infância. E a comunidade Kanhgág foi marcada pela violência sofrida, que levou a reclusão da sua língua e costumes tradicionais. Afinal, as atitudes em relação à língua com o grupo sociolinguístico a que pertence pode determinar a sua relação com essa língua, ou seja, a interação com esse grupo e também com os demais grupos com que vai interagir determinam a forma com que vai fazer uso da língua e dos costumes (Frosi: Faggion; Dal Corno, 2010).

Essa condição predeterminada, nos faz questionar qual o papel da escola? Como fazer com que essa instituição crie possibilidades para fortalecer a cultura tradicional Kanhgág. Pois, para saber falar uma língua não é preciso ir à escola, se for a língua na comunidade que a pessoa pertence. No entanto, para ler e escrever, a escola é fundamental. No caso da língua materna indígena dos Kanhgág de Mangueirinha é preciso fazer um duplo resgate, da língua oral e escrita. Nesta Terra Indígena, muitos suprimiram o uso da Língua Materna Kanhgág, por medo, as pessoas que falam essa língua precisam voltar a ensinar as novas gerações a usar a língua materna. Sendo assim, é fundamental que a escola ensine a ler e escrever em primeiro lugar o Kanhgág.

[...] parece existir um certo desequilíbrio entre o que se espera de uma escola indígena, as condições efetivas de realização destas expectativas e as imagens que se tem da instituição escolar, muitas vezes pautada nas escolas públicas ou missionárias que os pais dos alunos frequentaram. Embora muitos relatem lembranças de dificuldade, sofrimento, conflito ou humilhação nestas escolas, é a partir destas experiências de escolarização que se constrói uma ideia de como a escola deveria ser (Testa, 2007, p. 66).

Existe, atualmente uma disciplinarização letrada das línguas guarani, Kanhgág e xokleng/laklãnõ nas escolas indígenas, segundo os estudos de Guerola (2015) com a



disciplinarização letrada, ocorre a redução das práticas sociodiscursivas escolares em sala de aula e com as disciplinas específicas, as atividades escolares que focam fundamentalmente na leitura e na escrita da língua.

Guerola (2015) relata ainda, que o ensino-aprendizagem escolar das suas línguas maternas estão restritos a disciplinas específicas como: “Valores Culturais, Arte Indígena ou Língua Indígena, excluídas de outros espaços, tempos e disciplinas”, isto significa que, eles não estão aprendendo ciências, matemática, ou história em sua língua materna, mas aprendem a escrita na língua materna, em disciplinas específicas fora do currículo comum, desta forma também não trabalham nas disciplinas específicas, fatores culturais e a valorização dos seus recursos orais. Entendemos que esse ensino deveria considerar a história, os costumes, os valores dos povos Kanhgág, por exemplo, o ensino das formas de coleta de alimentos, pela caça, pesca e agricultura.

D’Angelis (2012), diz que a coleta os kanhgágs coletavam pinhão, palmito e frutas do mato guabiroba, guamirim, jabuticaba, pitanga, além de verduras do mato, como o “fuá” (Maria preta e/ou pimentinha preta) e o “kumin” (folha da mandioca brava), coletavam também plantas importantes tanto para a medicina Kanhgág, e para o controle de pragas. Na cultura deste povo indígena o preparo dos alimentos, possui um valor cultural inestimável, era realizado preferencialmente pelos anciãos.

Pensando nisto, acreditamos que esse seria um recurso indispensável para ensinar conteúdos científicos e culturais por meio da alfabetização e desenvolvimento da língua oral. Essa forma de ensino poderia ser feita com a tradução por professores indígenas dos conteúdos de leitura e escrita que atualmente, são ensinados em língua portuguesa, por professores não indígenas e estes deveriam auxiliar na condução das atividades, trazendo elementos da cultura Kanhgág como vemos no estudo de Menezes (2016).

Outro fator que deveria ser mais explorado na escola, ao ensinar a língua oral e escrita para os Kanhgágs é que sua longa história de existência e resistência no Paraná, e a complexa organização sociocultural, cujas bases se sustentam na oralidade, como os símbolos presentes na pintura corporal, os grafismos, os traçados do artesanato como mostram os estudos de Claudino (2011) que cita ainda a riqueza dos rituais de cura, de proteção, de tratamento com os mortos que poderiam e deveriam ser ensinados nas disciplinas específicas em sala de aula. Além disso, os Kanhgág têm uma concepção muito específica da infância que implica na forma de ensinar as crianças, em contato com



os mais velhos nas trocas de conhecimentos, no contato direto com a natureza e pela história oral.

Afinal, foi a organização cultural complexa dos Kanhgágs que possibilitaram que eles enfrentassem as situações de contato e aldeamento, no entanto esse aldeamento violento, fez com que em muitas Terras Indígenas como a TI Manguairinha, suprimisse muitos dos seus costumes e inclusive sua língua materna, a partir disso, emerge a necessidade de aprender novamente a língua materna Kanhgág de forma oral e escrita, para fortalecer a identidade deste povo, mas também é importante o domínio da língua portuguesa para que possam compreender, defender seus direitos e negociar com o Estado brasileiro e com o poder público.

Segundo dados do Estado do Paraná (2020)³ indígenas, na qual atuam setessentos e sessenta e quatro professores em sala de aula, apenas trezentos e vinte e cinco são indígenas. Destes professores indígenas, só sessenta possuem graduação. Apenas os planejamentos dos professores indígenas são feitos em Kanhgág e, ainda assim, em forma de tradução, o que, pouco estimula a criatividade, a autonomia e os saberes dos professores indígenas. Há uma política educacional intercultural e bilíngue, porém não há programas governamentais seguros e bem desenvolvidos de alfabetização em línguas indígenas no Brasil. Não há materiais diversificados e apropriados para o ensino da leitura e escrita em Kanhgág, é baixíssimo o percentual de professores indígenas formados atuando nas escolas indígenas, as equipes pedagógicas são compostas majoritariamente por professores não índios, não há gramáticas e linguistas Kanhgág no Paraná; desta forma a comunidade da Terra Indígena Ivaí tem optado pela alfabetização em língua portuguesa e definem que o ensino da língua Kanhgág, escrita, deve ocorrer a partir do terceiro ano do ensino fundamental, quando as crianças já tiverem se apropriado da leitura e escrita em língua portuguesa.

Entretanto é importante refletir sobre a metodologia e o conteúdo adotados no ensino da língua portuguesa em uma escola indígena. Nas escolas indígenas o ensino da língua Kanhgág em sua forma escrita inicia geralmente no terceiro ano. Quem ministra são professores indígenas, a maioria com formação em nível médio. Na maioria das vezes a metodologia usada nas aulas é semelhante à usada pelos professores não indígenas,

³ Existem hoje trinta e nove escolas. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-alimentacao-educacao-renda-e-cultura-Estado-ampliaacoes-em-comunidades-indigenas> Acesso em: Dez 2024.



durante a alfabetização da língua portuguesa, partindo do ensino das letras, palavras, frases e assim por diante.

Para Amaral (2011, p. 29), precisamos criar ações pedagógicas em que a língua indígena com atividades de letramento com atividades de reconhecimentos das diferenças da escrita e do som das palavras na língua Kanhgág e na língua portuguesa. Para isso, deve privilegiar o uso de gêneros textuais em kanhgág. Pode usar cartazes, imagens, símbolos, narrativas contadas pelos mais velhos, receitas de alimentos tradicionais, listas de nomes de animais, listas de brincadeira próprias Kanhgág, canções, descrição do ambiente e outros materiais que devem ser produzidos e trabalhados pelos professores indígenas valorizando a função da linguagem escrita e retomada da cultura de origem dos povos indígenas. É preciso que a escola, valorize a cultura Kanhgág, afinal contribuiu junto com a igreja e os costumes não-indígenas para desmotivação da comunidade e perda de costumes, como destaca o linguista Kanhgág Gakrán (2005), “[...] isto significa que no passado, ou seja, ao longo da sua história pré-contato, havia muitas práticas voltadas à coletividade entre o grupo, práticas que devido à influência da política, hoje não existem mais”.

Para Gakrán (2005), a preocupação da comunidade com o resgate da história e revalorização dos costumes perpassa pela aprendizagem da língua escrita e falada na escola, por meio do registro das histórias dos antepassados, consideramos que este é um dever moral da escola, que não está sendo cumprido hoje.

Apresentação e análise dos dados obtidos

Para iniciar os relatos sobre o processo de escolarização e de perda dos costumes e da cultura oral do povo kanhgág da TI Manguairinha, precisamos esclarecer que optamos por trazer os relatos na íntegra, respeitando a oralidade dos entrevistados, mas poupando suas identidades. Iniciamos com a história de JL (2023) uma filha de pais indígenas da etnia Kanhgág,

olha eu não ensinei meus filhos, por que sofri muito quando jovem, não sabia nada da língua do branco, somente a minha língua, foi quando precisei aprender e aos poucos fui falando em português, não por que quis, mas por que fui forçado a não falar mais minha língua. É assim quando tive meus filhos não ensinei por que achei que era o correto, pra eles não sofrerem como eu sofri, mas hoje vejo que tinha que ter repassado pra eles pra eles repassarem a vocês, hoje sei que era importante (Depoimento JL, 2023).

Esse depoimento revela uma profunda dimensão histórica, identitária e emocional relacionada ao processo de perda e resistência linguística. O relato de JL expressa o impacto do colonialismo linguístico e cultural, evidenciando como políticas e práticas de



repressão à língua materna indígena resultaram em processos de silenciamento e ruptura geracional no ensino da língua originária.

Ao afirmar que não ensinou os filhos por acreditar que seria o correto, o depoente demonstra como a internalização da opressão linguística levou à crença de que o domínio exclusivo da “língua do branco” garantiria melhores condições de vida, evitando discriminação. No entanto, a reflexão posterior “hoje vejo que tinha que ter repassado” revela um movimento de tomada de consciência sobre a importância da transmissão cultural e linguística para a preservação da identidade coletiva e da memória ancestral.

Assim, o depoimento não apenas retrata uma experiência pessoal de perda, mas também simboliza um processo de resistência e revalorização da língua indígena, representando a necessidade de reconstrução e fortalecimento das identidades culturais por meio da educação e do resgate linguístico.

Os depoimentos revelam as dificuldades de resgatar a cultura Kanhgág, destacando sentimento de perda e arrependimento por não ter aprendido ou transmitido a língua materna às novas gerações. JL ressalta a importância da oralidade e da transmissão familiar, exemplificada pela avó Olga Mendes, na preservação da língua e das tradições.

O relato evidencia que o ensino restrito à escola é insuficiente, já que poucos falam ou escrevem Kanhgág, e que a comunidade sofre com discriminação externa e interna, resultado do apagamento histórico da língua e cultura. Ao mesmo tempo, há um movimento de resistência e reconstrução identitária, com a esperança de ensinar os filhos, fortalecer o pertencimento cultural e garantir a continuidade das tradições e da identidade Kanhgág.

O depoimento mostra ainda a complexidade das relações de poder linguístico, em que o português se tornou dominante socialmente, enquanto o Kanhgág, ignorado, gera exclusão e reforça a necessidade de revitalização da língua como símbolo de identidade e resistência cultural.

Por fim, o depoimento de JL denuncia que a responsabilidade pela perda da língua não é individual, mas resultado de um processo histórico de imposição cultural e violência simbólica. A sua consciência crítica e o desejo de reconstrução representam um ato político e educativo de resistência, reafirmando que a língua é mais que um meio de comunicação: é o núcleo da memória, da identidade e da existência coletiva de um povo.

Nos anos iniciais da escola indígena, o ensino da língua Kanhgág deve priorizar a oralidade, por meio de histórias, músicas e relatos, antes da introdução da escrita. A



alfabetização simultânea em português e Kanhgág pode confundir as crianças, dificultando o aprendizado da língua materna.

Como o português tornou-se a primeira língua no território de Manguairinha, a escola e os falantes Kanhgág desempenham papel essencial na preservação e revitalização da língua e da cultura. Ensinar através da tradição oral e das narrativas do povo é visto como o método mais eficaz para o aprendizado e para o fortalecimento identitário das crianças.

Valorizar e ensinar a língua Kanhgág é, portanto, um ato político e cultural de resistência, fundamental para garantir a continuidade da cultura, da identidade e dos direitos dos povos indígenas, reafirmando seu pertencimento e sua existência em suas terras e tradições. O ensino deve reconhecer e respeitar as especificidades culturais de cada grupo, considerando que essas ações são coletivas e dinâmicas, resultado do compartilhamento de significados, símbolos e representações dentro de cada comunidade.

Ainda hoje, encontramos muitas dificuldades de fortalecer os laços culturais com a língua materna Kanhgág, como relata o professor entrevistado ARS (2023), professor da escola Kokoj na TI Manguairinha, o professor tem formação em magistério indígena, é falante da língua Kanhgág, ele relata que apesar dos esforços de ensinar o Kanhgág o que prevalece é o português, porque a porcentagem de falantes da língua kanhgág é muito pequena.

Ele conta que atua como professor há dezenove anos, neste tempo ensinou a língua kanhgág para muitas crianças, diz que tem muita dificuldade de ensinar a língua materna porque existe a prevalência de noventa e oito por cento de crianças que falam apenas o português, não possuem contato com a língua materna fora da escola. Ele ainda destaca que em sua visão as crianças deveriam ser alfabetizadas em primeiro lugar, ou somente na língua Kanhgág e que ele entende essa importância por ter sido ensinado no seio da cultura, com seus pais.

Neste sentido, vemos a importância de aproximar a escola da comunidade e trazer a participação dos anciãos falantes da língua, conhecedores da cultura, das tradições Kanhgág para realizar práticas e contar histórias que possam ser apreendidas pelos alunos e revisitadas pelos professores com a valorização da cultura, apropriação dos signos e símbolos sociais e historicamente constituídos no seio da comunidade Kanhgág.

Com a necessidade de retomar práticas comunitárias para fortalecer a cultura Kanhgág, valorizando a língua e a tradição oral, aprendendo com os anciãos e



recuperando tradições perdidas por violência histórica. JKSMS (2023), professora e falante de Kanhgág, ressalta que, apesar de aprender primeiro o português, reconhece a importância de resgatar e fortalecer a língua materna. Ela observa que poucas famílias incentivam o aprendizado do Kanhgág e, embora tenha alfabetizado poucas crianças, pretende promover a preservação da língua e da identidade cultural entre alunos, comunidade e escola.

JKSMS (2023) destaca que o ensino da língua Kanhgág enfrenta desafios como a escassez de materiais didáticos, a necessidade de adaptação das atividades pelos professores e o desinteresse dos alunos, que aprendem primeiro o português e têm dificuldade com a língua materna. Apesar disso, ela ressalta que alfabetizar em Kanhgág é fundamental para preservar a identidade e a cultura do povo. A professora também relata ter aprendido a língua com colegas falantes, adaptando-se para participar da comunidade. Para efetivar o ensino, é necessária a produção de materiais, desenvolvimento de estratégias pedagógicas e investimentos em formação e pesquisa para professores indígenas.

Como mostra Menezes (2016), o texto aponta que, embora a escola indígena tenha como função valorizar a cultura e ensinar a leitura e a escrita em ambas as línguas, indígena e portuguesa, a formação de professores indígenas no Paraná ainda é insuficiente para alcançar esses objetivos. Destaca-se a necessidade de currículos e projetos pedagógicos diferenciados, formação continuada, materiais didáticos adequados e profissionais que conheçam profundamente a língua e a cultura da própria comunidade. Além disso, enfatiza-se que a língua Kanhgág, ainda predominantemente oral, precisa ser registrada e fortalecida, garantindo a preservação da memória, da identidade e dos direitos culturais do povo Kanhgág.

Considerações Finais

O principal objetivo da pesquisa foi identificar a importância da língua materna Kanhgág na alfabetização, tanto no ambiente escolar quanto no domiciliar. Constatou-se que a escola tem papel fundamental no resgate da língua e da cultura Kanhgág, embora os professores enfrentem grandes desafios, como a predominância do português entre os alunos, a falta de interesse e a escassez de materiais didáticos adequados.

Os docentes têm buscado conscientizar alunos e comunidade sobre o valor da cultura indígena e da língua materna, criando e adaptando estratégias de ensino mesmo com pouco apoio institucional e formação específica. Destaca-se ainda a importância dos



anciãos, guardiões da língua e dos saberes tradicionais, como agentes essenciais nesse processo educativo.

O estudo evidencia que o apagamento linguístico e cultural foi resultado de violências históricas, mas ressalta o movimento de resistência e reconstrução identitária do povo Kanhgág, que hoje ocupa espaços acadêmicos e sociais para reafirmar sua história, costumes e língua. Conclui-se que revitalizar a língua materna é um ato político e cultural de resistência, essencial para fortalecer a identidade e garantir a continuidade das futuras gerações indígenas.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Severina Alves de. **A educação escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural**: um estudo sociolinguístico das aldeias São José e Mariazinha. Dissertação Mestrado, UFT/Araguaína, 2011. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br/lali/uploads/disserta%C3%87%C3%83o1severina.pdf> > Acesso em: 01 Mai 2023.

AMARAL, Luiz. Bilinguismo, aquisição, letramento e o ensino de múltiplas línguas em escolas indígenas no Brasil. In: JANUÁRIO, Elias; SILVA, Fernando Selleri. Cadernos de educação escolar indígena, Faculdade Indígena Intercultural. **Cáceres**: Editora da UNEMAT, v.9, n.1, p. 13-32, 2011. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/lali/uploads/06_cadernosdeeducaoescolarindigenan%C2%BA06v.012008barradeburgresmt.pdf> Acesso em: 10 Jul 2023

AYRES. Ariadne Dall'acqua; BARTOLOME. Mercedes Montero; BRANDO. Fernanda da Rocha. Etnologia dos Kanhgág e seus territórios no estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU**, Matinhos, v. 9, 2022. Disponível em: <www.revistas.ufpr.br/guaju > Acesso em: 03 Ago 2023.

BRASIL. **Serviço de Proteção ao Índio**. Relatório Geral de Atividades do SPI.1942. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 mar 2023.

BRASIL. As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena / organização Luís Donisete Benzi Grupioni. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

CLAUDINO, Zaqueu Key. As narrativas kaingang nas aldeias. In: FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas; FARIAS, João Mauricio. (Orgs.). **Objeto-sujeito**: a arte kaingang como materialização de relações. Porto Alegre: Deriva, 2011, v. 1, p. 27-40. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smdh/usu_doc/objetos-sujeitos_a_arte_kaingang_como_materializacao_de_relacoes.pdf . Acesso em: 05 Mar 2023.

COMBESSIE, J. C. A entrevista semi-dirigida. In: **O método em Sociologia**. São Paulo, Edições Loyola, cap. 2, pp.41-53, 2004.



D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos**: a educação escolar indígena no Brasil. Editora Digital Curt Nimuendajú, 2012. Disponível em:< <http://www.etnolinguistica.org/> >. Acesso em: 10 Mai 2023.

DOMINGOS, Vanessa T.; SANTOS, Rodrigo dos; COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira. Guarani, Kaingang e Xetá: o curso de pedagogia para os povos indígenas/bílingue da Unicentro na terra indígena Rio das Cobras em tempos de pandemia. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 58-76, set./dez. 2021. Disponível em:< <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5685> >. Acesso em: 01 Jun 2023.

FAGGION, Carmen M.; DAL CORNO, Giselle O. M.; FROSI, Vitalina M.O Turpilóquio na RCI. In: XXV Encontro Nacional da Anpoll, 2010, Belo Horizonte. **XXV Encontro Nacional da Anpoll - Caderno de Resumos**, 2010. Disponível em:< http://anpoll.org.br/gt/linguistica_aplicada/wp-content/uploads/sites/27/2013/03/RELATORIO-de-atividades-2008-2010.pdf > Acesso em: 10 Nov 2022.

FERREIRA, Bruno. **Educação Kaingang**: processos próprios de aprendizagem e educação escolar, 2014. 99 f. Dissertação Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2014. Disponível em:< <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107990/000946495.pdf?sequence=1&isAllowed=1> >. Acesso em: 20 Jan 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002

GUEROLA, C. M. A disciplinarização letrada das línguas indígenas no Sul do Brasil: uma abordagem discursiva. **Estudos Linguísticos**, v. 44, p. 559-573, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudoslinguisticos/article/view/994/576>. Acesso em: 28 jan. 2022.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MELO, Elisangela Aparecida Pereira de; GONCALVES, Tadeu Oliver. Práticas socioculturais xerente em comunidades de prática. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 7, n. 2, p. 191-215, maio 2017. Disponível. acessos em 26 set. 2024.

MENEZES, M. C. B. **A política de educação escolar indígena e o processo de alfabetização em uma comunidade Kaingang no Paraná**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em:< <http://old.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20Maria%20Christine%20Berlusconi%20Menezes.pdf> >. Acesso em: 20 Nov 2022.

MENEZES, Maria Christine Berdusco; FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Maria Simone Jacomini. O ensino da leitura e escrita em uma escola indígena Kanhgág: contribuições ao bilinguismo. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, p. 275-296, set. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em:



<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10020>. Acesso em: 01 Ago, 2024.

GAKRAN, Nanblá. **Aspectos morfossintáticos da Língua Laklãnõ (Xokleng) Jê**. Dissertação Mestrado em Linguística - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2005. Disponível em: . Acesso em: 23 jul. 2024.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Trajectos, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

TESTA, A. Q. **Palavra, sentido e memória**: educação e escola nas lembranças dos Guarani Mbyá. São Paulo, 2007. Dissertação Mestrado em Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível <https://doi.org/10.11606/D.48.2007.tde-25092009-162947>> . Acesso em: 16 fev. 2023.